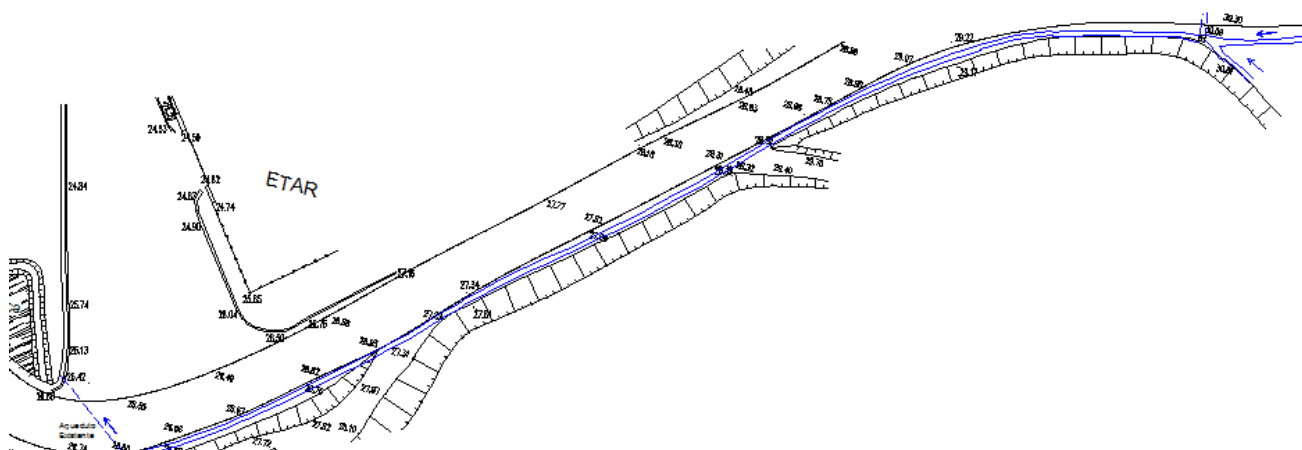




município
ponte da barca

PLANO DE SEGURANÇA E SAÚDE (FASE DE PROJETO)



*Drenagem de Águas Pluviais – Guilhadas - Oleiros
– Ponte da Barca -*

SET2015



PLANO DE SEGURANÇA E SAÚDE (FASE DE PROJETO)



1 - INTRODUÇÃO

O PSS é um documento que de acordo com o Decreto-Lei nº 273/2003, de 29 de outubro, tem como objetivo estabelecer um conjunto de regras de observação obrigatória que terão que ser adotadas na execução dos trabalhos da referida empreitada.

É um documento evolutivo e terá que ser adaptado às diversas fases construtivas, tendo sempre em linha de conta os riscos específicos inerentes à execução da obra.

2 - OBJETIVO E ÂMBITO DE APLICAÇÃO

O presente PSS, da responsabilidade da Câmara Municipal de Ponte da Barca, na qualidade de Dono de Obra, foi elaborado atendendo às condições específicas da obra e aos meios que se prevê que venham a ser utilizados na mesma.

Tem como objetivo estabelecer as regras a adotar durante a realização das diversas atividades que se irão desenvolver durante a execução da obra, a fim de limitar os riscos de ocorrência de acidentes e garantir a proteção da saúde e o bem estar dos trabalhadores.

Com efeito, a implementação duma política de Segurança e Saúde para esta obra tem, como objetivo principal, o estabelecimento dos mais elevados padrões de Segurança e Saúde no Trabalho, procurando assegurar que este objetivo se faça cumprir em todas as áreas de execução da empreitada e envolvendo todas as entidades intervenientes, nomeadamente o dono de obra, a fiscalização, o(s) empreiteiro, subempreiteiro(s) e trabalhadores.

A natureza específica desta obra que contempla a Empreitada de Construção Civil referente à execução de trabalhos afetos à obra “Drenagem de Águas Pluviais – Guilhadas - Oleiros”, dá a justa medida da importância que a prevenção dos riscos assume, para que seja possível atingir o objetivo fundamental de evitar acidentes e incidentes durante a execução da obra.



PLANO DE SEGURANÇA E SAÚDE (FASE DE PROJETO)



O Plano de Segurança e Saúde (PSS) é identificado no regime legal como o principal instrumento de prevenção de riscos profissionais nos estaleiros das obras. Entende-se, pois face à especificidade da atividade da construção, a prevenção dos riscos profissionais nos estaleiros só poderá ser desenvolvida eficazmente se for apoiada num projeto que contenha a identificação dos riscos previsíveis e a relação das principais medidas preventivas a observar.

O PSS só poderá, pois, desempenhar a sua função se responder diretamente às situações concretas de uma determinada obra. Assim, julga-se que na sua estrutura fundamental se deverão reunir elementos essenciais de informação, caracterização e planificação.

Cada trabalhador é responsável pela sua própria Segurança e Saúde, incluindo a de outros trabalhadores ou terceiros que possam ser afetados pelas suas ações.

A metodologia a seguir para atingir tais objetivos, será a preconizada pela Lei Quadro (Decreto-Lei nº 441/91, de 14 de Novembro), cujos princípios fundamentais se enumeram:

Avaliação de Riscos;

Combate dos riscos na sua origem;

Organização do trabalho;

Prioridade da proteção coletiva face à proteção individual;

Informação e formação

2.1 – ÂMBITO DO PSS

O presente PSS aplica-se, no projeto em título, aos trabalhadores relativos à empreitada, abrangendo:

- todas as atividades de produção a desenvolver pela entidade executante, durante a fase de obra, incluindo as inerentes às obras acessórias, preparatórias e ensaios;
- todas as empresas e trabalhadores independentes, subcontratados pela entidade executante; todas as atividades dos fornecedores a desenvolver no perímetro do estaleiro e com a intervenção, direta ou indireta, da entidade executante;



PLANO DE SEGURANÇA E SAÚDE (FASE DE PROJETO)



- todas as atividades dos fornecedores a desenvolver no perímetro do estaleiro e com a intervenção, direta ou indireta, da entidade executante

2.2 – PRINCÍPIOS GERAIS

Todos os empreiteiros, subempreiteiros e trabalhadores independentes, na execução dos trabalhos, respeitarão sempre os seguintes princípios:

- Cumprir a legislação nacional aplicável e todas as diretrizes provenientes das entidades fiscalizadoras competentes (nomeadamente da fiscalização e/ou Coordenador de Segurança em Obra);
- Organizar e implementar um sistema de segurança que permita uma eficaz prevenção dos riscos que podem afetar a vida, saúde e integridade física dos trabalhadores presentes na obra, tendo em conta, os seguintes princípios gerais de prevenção:
 - eliminação dos fatores de risco;
 - combate dos fatores de risco na origem;
 - adaptação do trabalho ao homem;
 - organização do trabalho;
 - informação e formação

3 – MEMÓRIA DESCRITIVA

3.1 – GENERALIDADES

A empreitada a que se refere o presente PSS (Plano de Segurança e Saúde), diz respeito à “Drenagem de Águas Pluviais – Lugar de Guilhadas – Oleiros”, em Ponte da Barca.



**PLANO DE
SEGURANÇA E
SAÚDE
(FASE DE PROJETO)**



4 – COMUNICAÇÃO PRÉVIA

A comunicação prévia de abertura de estaleiro, compreende o conjunto de elementos constantes no artº 15º do Decreto-Lei nº 273/2003, de 29 de Outubro.

O dono de obra deve comunicar previamente a abertura do estaleiro à ACT (Autoridade das Condições do Trabalho), quando é previsível que a execução da obra decorra num prazo total superior a 30 dias e a utilização simultânea de mais de 20 trabalhadores ou quando o somatório dos dias de trabalho de todos os trabalhadores for superior a 500.

5 – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Diploma	Resumo
Regulamentos Gerais de Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho	<ul style="list-style-type: none">- Decreto-Lei nº 441/91, de 14 de Novembro – Estabelece o Regime Jurídico do enquadramento da segurança, higiene e saúde no trabalho;- Decreto-Lei nº 133/99, de 21 de Abril – Altera o Decreto-Lei nº 441/91, de 14 de Novembro, relativo aos princípios da prevenção de riscos profissionais, para assegurar a transposição de algumas regras da diretiva quadro, relativa à segurança e saúde dos trabalhadores nos locais de trabalho;- Decreto-Lei nº 26/94, de 1 de Fevereiro – Estabelece o regime de organização e funcionamento das atividades de segurança, higiene e saúde no trabalho;- Lei nº 7/95, de 29 de Março – Alteração, por ratificação, do Decreto-Lei nº 26/94, de 1 de Fevereiro;- Lei nº 118/99, de 11 de Agosto – Alteração, por ratificação, do Decreto-Lei nº 26/94, de 1 de Fevereiro;



**PLANO DE
SEGURANÇA E
SAÚDE
(FASE DE PROJETO)**



	<ul style="list-style-type: none">- Decreto-Lei nº 109/2000, de 30 de Junho – Altera o Decreto-Lei nº 26/94, de 1 de Fevereiro, alterado pelas Leis nºs 7/95, de 29 de Março e Lei nº 118/99, de 11 de Agosto, que contém o regime de organização e funcionamento das atividades de segurança, higiene e saúde no trabalho;
<u>Estaleiros Temporários ou Móveis</u>	<ul style="list-style-type: none">- Decreto-Lei nº 41820/58, de 11 de Agosto – Segurança nas obras de construção civil;- Decreto-Lei nº 41821/58, de 11 de Agosto – Regulamento de segurança no trabalho da construção civil;- Decreto-Lei nº 46427/65, de 10 de Julho – Instalações provisórias destinadas ao pessoal dos estaleiros;- Portaria nº 101/96, de 3 de Abril – Regulamenta as prescrições mínimas de segurança e de saúde nos locais e postos de trabalho dos estaleiros temporários ou móveis;- Decreto-Lei nº 273/2003, de 29 de Outubro – Transpõe para o direito interno a Diretiva nº 92/57/CEE de 24/6, relativa a prescrições mínimas de segurança e saúde a aplicar nos estaleiros temporários ou móveis.
<u>Movimentação Manual de Cargas</u>	<ul style="list-style-type: none">- Decreto-Lei nº 330/93, de 25 de Setembro – Transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva nº 90/269/CEE, do Conselho, de 29 de Maio, relativa às prescrições mínimas de segurança e de saúde, na movimentação manual de cargas.
	<ul style="list-style-type: none">- Decreto-Lei nº 331/93, de 25 de Setembro;- Decreto-Lei nº 82/99, de 16 de Março – Altera o regime relativo às prescrições mínimas de



**PLANO DE
SEGURANÇA E
SAÚDE
(FASE DE PROJETO)**



<u>Equipamento de Trabalho</u>	segurança e de saúde para a utilização de equipamentos de trabalho, transpondo para a ordem interna a Diretiva nº 95/63/CE, do Conselho, de 5 de Dezembro de 1995.
<u>Equipamentos de Proteção Individual</u>	<ul style="list-style-type: none">- Decreto-Lei nº 348/93, de 1 de Outubro – Transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva nº 89/656/CEE, do Conselho, de 30 de Novembro de 1989, relativa às prescrições mínimas de segurança e de saúde para a utilização pelos trabalhadores de equipamento de proteção individual no trabalho;- Decreto-Lei nº 128/93, de 22 de Abril – Transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva do Conselho nº 89/686/CEE, de 21 de Dezembro de 1989, relativa aos equipamentos de proteção individual;- Portaria nº 988/93, de 6 de Outubro – Estabelece as prescrições mínimas de segurança e saúde dos trabalhadores na utilização de equipamento de proteção individual.
<u>Sinalização de Segurança</u>	<ul style="list-style-type: none">- Decreto-Lei nº 141/95, de 14 de Junho – Transpõe para o direito interno a Diretiva nº 92/58/CEE, de 24 de Junho, relativa a prescrições mínimas para a sinalização de segurança e de saúde no trabalho;- Portaria nº 1456-A/95, de 11 de Dezembro – Regulamenta as prescrições mínimas de colocação e utilização da sinalização de segurança e saúde no trabalho;- Decreto Regulamentar nº 22-A/98, de 1 de Outubro – Regulamento da Sinalização do Trânsito;- Decreto Regulamentar nº 41/2002, de 20 de Agosto – Altera o Decreto Regulamentar nº 22-A/98, de 1 de Outubro.

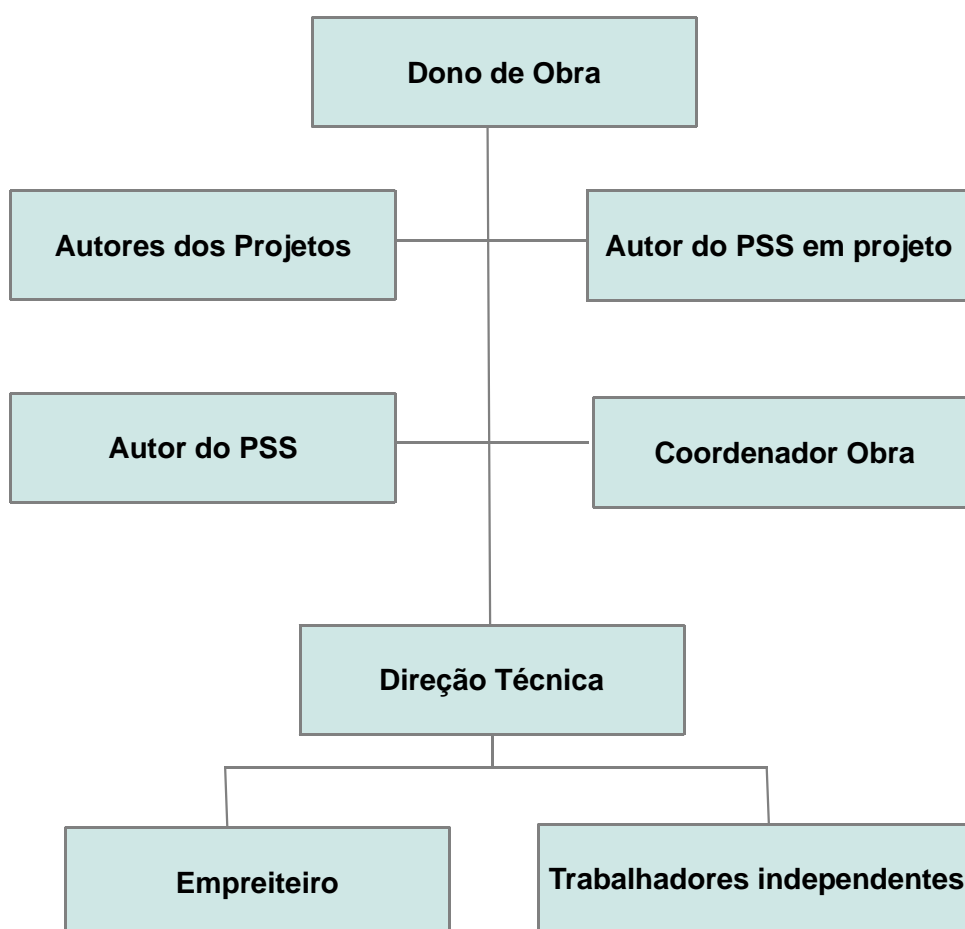


**PLANO DE
SEGURANÇA E
SAÚDE
(FASE DE PROJETO)**



6 – ORGANOGRAMA FUNCIONAL DA EMPREITADA

As funções que são desempenhadas na realização desta empreitada, foram organizadas de acordo com o organograma seguinte:



7 – MEDICINA DO TRABALHO

A Entidade Executante tem de manter em Obra, as Fichas de Aptidão Médica, referentes aos trabalhadores em exercício, disponível para consulta. Deve facultá-los ao CSO, sempre que solicitados (esta ficha deve ser passada pelo médico da empresa, de acordo com a lei nº 7/95, de 29 de Março e de acordo com o modelo da Portaria nº 299/2007, de 16 de Março)



*PLANO DE
SEGURANÇA E
SAÚDE
(FASE DE PROJETO)*



8 – HORÁRIO DE TRABALHO

Terá que ser enviado à ACT, para conhecimento, e posteriormente terá que ser afixado na obra.

9 – SEGUROS DE ACIDENTES DE TRABALHO E OUTROS

Será solicitado ao empreiteiro cópia do recibo de seguros de acidentes de trabalho e de responsabilidade civil, que serão posteriormente integrados no PSS.

10 – CARACTERIZAÇÃO DA EMPREITADA

10.1 - LOCALIZAÇÃO

A empreitada irá decorrer no Lugar de Guilhadas – Oleiros, em Ponte da Barca.

10.2 – PLANO DE TRABALHOS, PLANO DE MÃO DE OBRA E PLANO DE EQUIPAMENTOS

O Plano de Trabalhos para a referida empreitada, faz parte integrante do grupo de anexos deste PSS.

Pretende-se com este documento, analisar e verificar, entre outras situações, os períodos com maior incidência de trabalhos simultâneos, uma vez que é nesses períodos que a ocorrência de acidentes de trabalho ou doenças profissionais é mais elevado, exigindo-se uma maior atenção do Coordenador de Segurança e Saúde, que deverá tomar todas as medidas de prevenção e de proteção adequadas.

Com o Plano de mão-de-obra, pretende-se controlar o nível de sinistralidade da empreitada, através da determinação dos índices de sinistralidade que se referem no Plano de Registo de Acidentes e Índices de Sinistralidade.

O Plano de Equipamentos, visa verificar o número de equipamentos com permanência simultânea no estaleiro e determinar as medidas necessárias para prevenir os riscos que possam surgir devido a essa simultaneidade.



**PLANO DE
SEGURANÇA E
SAÚDE
(FASE DE PROJETO)**



10.3 – PLANO DE ESTALEIRO

Na empreitada, o estaleiro será a obra em si, onde existirão os diversos locais para arrumação de materiais e de equipamentos. Serão tidas em consideração, as condições de trabalhos dos trabalhadores, prevendo os meios necessários para uma adequada limpeza de todas as zonas de passagem ou permanência dos trabalhadores.

10.4 – TRABALHOS E MATERIAIS COM RISCOS ESPECIAIS

A empreitada inclui diversos trabalhos com riscos especiais para a segurança e saúde dos trabalhadores, particularmente os previstos nas alíneas a) e b) do artº 7º do Decreto-Lei nº 273/2003, de 29 de outubro.

TRABALHOS COM RISCOS ESPECIAIS

Identificação		Avaliação		
Trabalhos	Riscos Especiais	B	M	A
Escavação	Queda de pessoas a nível diferente		x	
	Queda de pessoas ao mesmo nível		x	
	Queda de objetos desprendidos		x	
	Marcha sobre objetos	x		
	Pancadas por objetos móveis		x	
	Projeção de fragmentos ou partículas		x	
	Sobre-esforços ou posturas inadequadas		x	
	Contactos elétricos			x
	Atropelamento ou choque de veículos		x	
	Exposição ao ruído		x	
Abertura de Valas	Soterramento		x	
	Quedas	x		
	Cortes e outras lesões		x	



**PLANO DE
SEGURANÇA E
SAÚDE
(FASE DE PROJETO)**



	Atropelamento		x	
	Projeção de materiais		x	
	Contactos elétricos		x	

Identificação		Avaliação		
Trabalhos	Riscos Especiais	B	M	A
Colocação de Tubagens	Soterramento		x	
	Aluimento		x	
	Esmagamento		x	
Transporte e Descarga de Material	Atropelamento		x	
	Esmagamento		x	
Aterro / Compactação	Soterramento		x	
	Aluimento	x		
	Esmagamento		x	
	Queda		x	

MATERIAIS COM RISCOS ESPECIAIS

Identificação		Avaliação		
Trabalhos	Riscos Especiais	B	M	A
Cimento	Dermatoses		x	
Óleo descofrante	Carcinoma		x	
	Dermatoses		x	



PLANO DE SEGURANÇA E SAÚDE (FASE DE PROJETO)



11 – AÇÕES PARA A PREVENÇÃO DE RISCOS

11.1 – PLANO DE AÇÕES QUANTO A CONDICIONALISMOS EXISTENTES NO LOCAL

São considerados condicionalismos locais todos os elementos que possam interferir com a execução da empreitada, nomeadamente:

- Os acessos à obra;
- Condições de acesso ao local;

11.2 – PLANO DE ACESSO À OBRA

O acesso à obra, quer trabalhadores, maquinaria e camiões, deverá estar indicado na planta de estaleiro, devidamente dotado com sinalização de segurança, quer para quem entra para o estaleiro, quer para quem circule na via pública.

11.3 – PLANO DE SINALIZAÇÃO E DE CIRCULAÇÃO NO ESTALEIRO

O Plano de Sinalização e de circulação será de acordo com o estipulado no Decreto-Lei nº 141/95, de 14 de junho, relativo às prescrições mínimas para a sinalização de segurança e de saúde no trabalho.

12 – PLANO DE PROTEÇÕES COLECTIVAS

12.1 – CONSIDERAÇÕES GERAIS

A Lei-Quadro sobre segurança e saúde em vigor determina a necessidade do empregador aplicar, entre outras, as medidas de proteção coletiva, tendo em vista a redução dos riscos profissionais. Como princípio de prevenção geral, prevê-se ainda que se dê prioridade às medidas de proteção coletiva em relação às medidas de proteção individual.



PLANO DE SEGURANÇA E SAÚDE (FASE DE PROJETO)



12.2 – ANÁLISE DE RISCOS

A implantação destas medidas está intimamente associada aos riscos expectáveis na obra. Importa identificar os riscos decorrentes das várias fases da obra e estabelecer as medidas de proteção coletiva que podem ser adotadas para minimizar os mesmos.

Apresenta-se, no quadro seguinte, algumas medidas de proteção coletiva a adotar como prevenção de riscos mais usuais e que deles poderão resultar acidentes graves.

RISCOS	MEDIDAS A ADOTAR
Queda ao mesmo nível	Limpeza do estaleiro, arrumação ordenada dos materiais de construção e equipamentos do estaleiro
Entalamento	Definição das rotinas e organização das tarefas, de forma a reservar distâncias entre o trabalhador e o equipamento
Acidentes rodoviários	Sinalização adequada da obra, minimização do tempo de intervenção junto de estradas e arruamentos
Ruído	Utilização de equipamentos que respeitem as normas sobre o ruído

13 – PLANO DE PROTEÇÕES INDIVIDUAIS

13.1 – CONSIDERAÇÕES GERAIS

Este plano visa a adoção de medidas destinadas a assegurar a utilização de equipamentos de proteção individual, de forma a atenuar os riscos associados às tarefas que cada trabalhador desempenha.

Por EPI (Equipamento de Proteção Individual), entende-se qualquer equipamento destinado ao uso pessoal do trabalhador, para proteção contra os riscos suscetíveis de ameaçar a sua segurança ou saúde, no desempenho das tarefas que lhe estão atribuídas.

Ao Diretor de Obra, competirá fornecer todas as instruções de utilização necessárias ao correto uso do equipamento, respeitar as suas instruções de utilização, controlar o seu uso efetivo e



PLANO DE SEGURANÇA E SAÚDE (FASE DE PROJETO)



garantir a sua manutenção.

Ao trabalhador incumbirá o uso desse equipamento, respeitar as instruções de utilização e apresentar todas as anomalias e defeitos que detete no equipamento.

O Plano de Proteções Individuais engloba a definição de todas as medidas de proteção individual a utilizar para prevenir riscos previsíveis que se pretendam prevenir e a que estão expostos todos os trabalhadores.

Este Plano compreende:

- EPI de uso obrigatório;
- EPI de uso temporário

13.2 – ANÁLISE DE RISCOS

A seleção do EPI depende, naturalmente dos riscos que importa prevenir. Tendo em conta os principais riscos inerentes à obra, já identificados anteriormente, é possível identificar os principais tipos de EPI que deverão ser utilizados em obra.

13.3 – IMPLEMENTAÇÃO DO PEI

Nos termos da lei em vigor, compete ao Empreiteiro o fornecimento a cada trabalhador do EPI que se impõe, dependendo da sua atividade. O Empregador deve ainda informar cada trabalhador dos riscos que EPI visa proteger e de como deve ser utilizado.

Aquando da receção do EPI, cada trabalhador deverá assinar a sua ficha de receção, comprometendo-se a utilizar corretamente o EPI recebido. O trabalhador deverá tomar conhecimento das suas obrigações, assinando para o efeito, uma declaração.

14 - PLANO DE FORMAÇÃO

Com o presente plano, pretende-se conseguir que sejam asseguradas a formação e informação dos trabalhadores, tendo em conta as funções que desempenham e o posto de trabalho que ocupam.



*PLANO DE
SEGURANÇA E
SAÚDE
(FASE DE PROJETO)*



Tal tarefa constitui obrigação legal, nos termos da Lei-Quadro sobre segurança, higiene e saúde no trabalho, à entidade empregadora.

A formação de trabalhadores que desempenhem funções de carácter específico, no domínio da segurança, higiene e saúde, deve ser prevista e estudados os seus processos por parte do coordenador de segurança e técnico de segurança da obra, conjuntamente com os restantes quadros técnicos, de forma a serem minimizados os seus riscos nesse mesmo local e posto de trabalho e/ou função.

15 - PLANO DE EMERGÊNCIA

Nos termos da lei em vigor, constitui obrigação do empregador o estabelecimento das medidas a implementar em caso de ocorrência de acidente, ou mesmo de uma catástrofe (sismo, incêndios, explosões, inundações, etc...), na obra.

Deverão, assim, ser previstas medidas eficazes de forma a assegurar a rápida prestação de primeiros socorros aos sinistrados e a evacuação para a unidade hospitalar mais próxima.

São afixados, em locais apropriados do estaleiro da obra, os números de telefone a ligar em caso de emergência.



**PLANO DE
SEGURANÇA E
SAÚDE
(FASE DE PROJETO)**



Quadro 1 – Lista Referente aos Diversos Contactos a Efetuar em Caso de Acidente

	SOS – Número Nacional de Socorro	112
	Intoxicações – Centro de Informações Antiveneno (CIAV)	808 250 143 217 950 143
	Proteção Civil Nacional	214 165 100
	Bombeiros Voluntários de Ponte da Barca	258 452 107
	Guarda Nacional Republicana	258 452 141